

ESCOLA PÚBLICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: QUIRINÓPOLIS, GOIÁS, 1945 A 1971

Maria da Felicidade Alves Urzedo
Universidade Estadual de Goiás

Eloy Alves Filho
Universidade Federal de Viçosa

Introdução

Muitos pesquisadores têm, na atualidade, se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas de um determinado local ou região. Acredita-se que levando em conta as especificidades locais e institucionais, se possa gerar um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo, assim, para o surgimento de uma história renovada da educação brasileira.

No contexto em que são comuns questionamentos e diferentes posições sobre as finalidades e possibilidades da educação escolar, destaca-se aquela que defende que os homens e a sociedade não são dados e de que, ao contrário, são fabricados também no espaço escolar. Sob esse enfoque, a escola (invenção moderna), pode ser vista tanto como uma construção social quanto como partícipe ativa da construção deste mesmo social. Neste processo de criar e, ao mesmo tempo, ser criada, é de fundamental importância explicitar, em cada contexto histórico, esta especificidade.

Considerando-se que as Instituições Escolares são importantes objetos de estudo das Ciências da Educação, bem como se constituem em campos de ação privilegiados de sujeitos individuais e coletivos, produtores de interesses, resistências e marcados por experiências afetadas de valores, este estudo se constitui num esforço que tem como objetivo buscar traçar um panorama histórico-educacional que se desenvolve, particularmente, na cidade de Quirinópolis, situada na região sudoeste do Estado de Goiás, na perspectiva de verificar possíveis relações entre os aspectos que instituem e caracterizam duas Instituições Escolares criadas nas décadas de 1940 (grupo escolar) e 1960 (ginásio), voltadas para a geração de condições de desenvolvimento econômico e cultural da população e do município, e o processo de incorporação do espaço goiano às regiões economicamente mais desenvolvidas do sudeste do país.

Justificativa

Na impossibilidade da existência de discursos neutros, uma vez que todos/as os/as atores estão inseridos em estratégias e práticas de poder e em campos de concorrências e competições, e, nesses termos, as lutas de representações são tão significativas quanto as econômicas pois partem de

movimentos de imposições de valores e concepções, aponta-se para a pertinência de se analisar significados e comportamentos que a escola gera, enquanto instituição social.

Para fins deste estudo, as instituições escolares se constituem em campos de ações privilegiados de sujeitos individuais e coletivos. Busca-se, assim, a recuperação de uma história que possibilite apreender o ciclo da vida de duas instituições de ensino público estadual criadas em 1945 e 1964.

Nesta perspectiva, objetiva-se localizar recorrências, tanto entre as referências teóricas citadas como na forma pela qual se disseminou um certo ideal educativo, em período e local determinados; identificar elementos que conferem identidade a cada instituição incluída no *corpus*, através da análise de documentos e entrevistas, como forma de apreender seu papel no contexto social de sua época, bem como influências que podem se estender até os dias atuais; localizar as expectativas que nortearam a luta pela abertura e implantação das escolas nos anos 1940 e 1960, envolvendo o papel do grupo escolar e do ginásio para o desenvolvimento do município; verificar como e onde se dava o processo de formação dos/as diretores/as e professores/as que atuavam nestas escolas, bem como onde os/as alunos/as egressos/as destas instituições de ensino davam continuidade a seus estudos; e, ainda, identificar as representações de sociedade, civilização, progresso e educação presentes nos documentos e entrevistas que serão, futuramente, analisados.

A investigação de representações sociais nos conduz à própria vida social, nos aproxima das relações concretas. Na perspectiva de Chartier (1990), o conceito de representação deve permitir ao historiador compreender as operações intelectuais realizadas pelos sujeitos para a apreensão do mundo. Segundo esse autor as representações sociais constituem-se em esquemas construídos que correspondem a interesses dos grupos que os geram. Sendo assim, somos “obrigados” a estabelecer relações entre o que é dito e o lugar social daquele que disse. As diferentes posições ocupadas nas redes de relações resultam em diferentes versões e modos de ler a mesma realidade vivida de modos diferentes.

Consideramos que, mais do que descrever os aspectos que caracterizam as instituições escolares, é preciso explicá-las na sua relação com determinações da política educativa que as diferentes e superpostas instâncias administrativas vão elaborando para acomodar as práticas sociais às exigências do cenário político e econômico de cada época e de cada lugar. Nestes termos, entender a cultura institucional da escola requer um esforço de relação entre os aspectos macro e micro, entre a política educativa e suas correspondências nas interações peculiares que definem a vida da escola.

Se é verdade que a escola é um lugar ocupado, demarcado, no qual a análise de sua construção, enquanto lugar, só é possível a partir da consideração histórica daquelas camadas ou elementos envolventes que o configuram e definem, é preciso compreender a dinâmica interativa entre as características das estruturas organizativas e as atitudes, os interesses, os papéis e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos nos processos que as constituem.

O contexto histórico-espacial

O município de Quirinópolis situa-se no sudoeste goiano, região tradicionalmente ligada à produção agrícola. Apesar do povoamento por aquelas paragens remontar ao século XIX, com a instalação pioneira da família de João Chrisóstomo de Oliveira e Castro, em 1832, a história política da cidade irá se consolidar apenas no século XX, tornando-se município emancipado de Rio Verde por intermédio do Decreto Lei estadual n. 8305, de 31 de dezembro de 1943, ocorrendo a instalação solene no dia 20 de janeiro de 1944, que passou a ser a data do aniversário da cidade (SAGIM JUNIOR, 2000).

O contexto de criação do município é, portanto, o Estado Novo, sendo a vida política do estado de Goiás conduzida pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, momento de significativas transformações na vida goiana, marcada por acirradas disputas interoligárquicas e pela mudança da capital do estado, entre outras.

O novo grupo no poder, além de procurar consolidar sua hegemonia, empenhar-se-á em criar as condições mínimas para a expansão capitalista no estado, integrando principalmente o sudoeste goiano aos pólos de desenvolvimento econômico localizados no centro sul do Brasil. Esse processo fora iniciado com a aproximação da estrada de ferro à região no início do século XX e pela difusão dos automóveis nas duas primeiras décadas deste mesmo século. Estabelecidas as conexões para escoamento e recebimento da produção era necessário, agora, incrementá-la, tornando-se o estado uma área de produção de alimentos para os centros dinâmicos do capitalismo. É nesse período, também, em meio a esse movimento, que o desenvolvimento econômico de Quirinópolis se projeta, tornando-se o município grande produtor de arroz, milho, gado, feijão, etc, situação que avança pelos anos 1960-1970, quando começam a se instalar as primeiras unidades agroindustriais, como processamento de arroz e laticínios.

Para os objetivos desse trabalho, talvez o mais importante a anotar seja “a descoberta, pelos grupos dominantes do pós-30, do valor estratégico da educação (principalmente na dimensão ruralista que passou a assumir após 1937), como elemento consolidador das mudanças ocorridas com o Movimento Revolucionário de Trinta” (NEPOMUCENO, 1994, p.107). Vemos, portanto, convergir preocupações de duas ordens: consolidação do poder e criação de condições para o desenvolvimento do capitalismo e é nessa perspectiva que se forma a política educacional do estado de Goiás nos anos 1930 e 1940. Apesar do fim do Estado Novo, em 1945, o desenvolvimentismo que lhe sobrevém atuará como elemento estimulador tanto da difusão da educação quanto de novas bases para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Tratava-se, enfim, no horizonte político pedagógico, de se proceder à formação de uma população que pudesse atender ao mesmo tempo aos anseios de regeneração das heranças “maléficas” deixadas pela oligarquia pré-30 e da preparação do homem para os novos moldes de trabalho advindos das formas de produzir que se pretendia difundir.

O estado de Goiás, no entanto, contava em 1930, anteriormente à Revolução, com 18 grupos escolares (que serão acrescidos de mais dois, criados e instalados nos meses de novembro e dezembro desse ano) e 161 escolas comuns. Foi a estrutura educacional construída a partir da Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918, que estabeleceu a criação dos grupos escolares no estado. Para a “regeneração” do homem e a inclusão do estado no desenvolvimento capitalista, muito mais haveria por fazer, principalmente quanto aos grupos escolares, a fórmula já testada e considerada mais eficiente para tal fim.

Porém, o desenvolvimento de uma política educacional, apesar do discurso valorizador da educação, não será observado de uma forma homogênea nem contínua no pós-30, havendo realmente um esforço significativo pela difusão dos grupos escolares apenas depois do fim do Estado Novo, em 1945. Segundo BRETAS (1991, p. 590), nas “décadas de quarenta e cinquenta todos os municípios possuíam seus grupos escolares, um nas cidades pequenas e dois ou mais nas cidades maiores”. Esta situação pode ser visualizada nos dados abaixo, que apresentam a expansão da rede escolar pública em Goiás, entre 1930 e 1945 (NEPOMUCENO, 1994: p. 80-85):

ANO	Grupo Escolar	Escola Comum	Escola Complementar	TOTAL
1931	03	04	-	07
1932	01	03	-	04
1933	02	08	02	12
1934	02	01	01	04
1935	06	-	-	06
1938	-	01	-	01
1939	-	07	-	07
1942	01	-	-	01
1944	-	10	-	10
1945	25	-	-	25
TOTAL	40	34	03	77

A primeira instituição escolar de Quirinópolis foi uma Escola Comum, em 1933, posteriormente denominada Ricardo Campos, na primeira, digamos, “pulsão” político-educativa do novo governo, evidenciada pelo quadro acima. A criação de novas escolas, não apenas em Quirinópolis, mas em todo o estado, será prejudicada, entre outras coisas, pela centralização dos recursos do tesouro estadual na construção da nova capital, Goiânia, inaugurada em 1936. Quirinópolis permaneceu, portanto, com essa solitária escola até uma nova “pulsão”, no ano de 1945, quando é criado e instalado o primeiro grupo escolar da cidade, posteriormente denominado José Feliciano Ferreira, carinhosamente alcunhado pela população dos anos 1960 como “grupo velho”. Este grupo escolar fez parte do “pacote” de 25 escolas criadas pela Lei 67, de 30 de julho de 1945, que procurava dotar todos os municípios com seus grupos escolares, conforme já observado.

Novos grupos escolares somente serão criados em Quirinópolis nos anos 1960, com a implantação dos grupos escolares Lauro Jacinto da Silva (1963), conhecido como “grupo novo”, e Olga Parreira (1964), ocorrendo também a criação do Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis

(1964), consolidando o ensino primário e ginasial da cidade (SAGIM JUNIOR, 2000, p. 155-156). Após a extinção dos níveis primário e ginasial, com a lei 5692 de 1971, secundada pelo crescimento econômico e urbanístico, Quirinópolis empreenderá uma nova luta, agora pelo ensino superior, que se tornará realidade em 1988 com a fundação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis. Mas essa é uma fase que excede os nossos propósitos.

Desta forma, percebemos que a compreensão da história educacional da cidade deve ser buscada a partir da redemocratização do país em 1945, passando pelo estudo do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil e no estado de Goiás, pelas discussões sobre as Leis de Diretrizes da Educação que serão estabelecidas em 1961 e 1971 e pelo debate nacional em torno da educação no período. Tomando como referência estes indicadores e a documentação pertinente à criação/implantação e funcionamento do grupo escolar de 1945 e do ginásio de 1964, julgamos poder identificar, ao menos parcialmente, as representações de cidade, de progresso, de educação, etc presentes na sociedade quirinopolina dos anos 1945 a 1971, concomitante ao processo de consolidação do ensino primário e ginasial na cidade.

Primeiras “aproximações” com o tema de estudo

Metodologicamente aplicar-se-á a historiografia contemporânea valorizando novas as fontes documentais: jornais, revistas, relatos orais, dentre outros, possibilitando repensar a história dentro de condições particulares ao longo do período de 1945 a 1971.

Acreditamos que, a ida às fontes deverá propiciar a própria vida da história, ou seja, o contato com o próprio movimento da história local. Como fontes, também serão consideradas as orientações previstas nas Leis de Diretrizes e Bases de 1961 e 1971, na legislação estadual e municipal e, ainda, nos Regimentos e Planos de Curso disponíveis nas próprias Escolas ou na Sub Regional de Educação, localizada na cidade de Quirinópolis.

As primeiras aproximações com o tema resultam de uma revisão bibliográfica que, no primeiro momento, já nos possibilita localizar dados relevantes para uma futura discussão em direção a concretização dos objetivos previstos para este estudo.

A capitania de Goiás, nem outra capitania criada no século XVIII, foram contempladas com uma escola régia, apesar da província remeter uma boa quantidade de ouro aos cofres de El-Rei. para o Goiás daquela época, o descaso não tinha importância, pois não se desejava nem ansiava por escola, pois os pais que traziam seus meninos para com eles se embrenharem nos sertões a procura de ouro, nem de longe se interessavam por escolas. igualmente, mais tarde, quando a sociedade voltou-se para produção pecuária, não interessava aos fazendeiros saber ler e escrever, muito menos aos funcionários do governo.

O ensino formal também não sofreu influência dos Jesuítas. Porém, evidenciamos forte disposição da Igreja em catequizar os curumins, com inteiro empenho do Estado, inclusive, a nosso ver, com atenções voltadas para a educação indígena, mais no que se refere à pacificação dos indígenas.

A instrução pública em Goiás aconteceu no decorrer do século XIX, ainda misturada às escolas das fazendas. Apesar do reduzido número de padres, que era o extrato mais culto da capitania, o papel do mestre ainda estava nas mãos deles. A precariedade do ensino não impedia as iniciativas isoladas de pessoas que contratavam professores particulares para seus filhos.

Em 1930, ano em que findou a primeira República, todo o sistema de ensino em Goiás já se achava estruturado em bases sólidas. O ensino primário urbano, estruturado na reforma Gumercindo Otero, tinha consolidado o tipo de estabelecimento mais conveniente para o desenvolvimento do ensino elementar. O Grupo Escolar já era representado por dezoito unidades em todo o Estado aos quais foram somados, em 1931, mais dois. Além desses vinte Grupos Escolares, existiam no Estado, em 1931, cento e sessenta e uma escolas comuns, ou isoladas, sem se contarem as escolinhas rurais, instaladas nas fazendas e mantidas pelos municípios.

O ensino secundário se resumia a apenas dois estabelecimentos: o Liceu e o Ginásio Anchieta, de Bonfim. Este último, inaugurado em 1929 e, em 1930, já se preparando para obter a equiparação. Em fase de organização achava-se um terceiro, o Ginásio Municipal de Ipameri.

O ensino superior, era representado por duas faculdades de direito, uma delas, a Escola de Direito de Goiás, fundada e mantida pelo governo. A Escola de Farmácia e Odontologia desapareceu com a revolução. Do ensino profissional só existia um estabelecimento – a Escola de Aprendizes Artífices, mantida pela União.

A partir de 1936, houve uma notável transformação no Estado, não só no ensino, mas também em todos os setores da vida goiana. Esta transformação foi ensejada pela construção de Goiânia e a mudança oficial da capital. Não que tudo tenha sido decorrência de Goiânia. No entanto, uma aura de progresso já se sentia nos anos 20. A estrada de ferro tinha chegado a Tavares (Vianópolis) e alguns anos depois, à Anápolis. O automóvel penetrava o Estado desde 1929, e dentre mais dez anos, todas as cidades do sul do Estado se achavam interligadas por estradas de automóvel. Pequenas usinas elétricas surgiam por toda parte.

Neste período, surge o cinema trazendo, além de alegria e diversão a um povo isolado, imagens do mundo civilizado. A imigração aumentava a população, trazendo, ao lado de novas forças de trabalho, métodos de produção mais modernos. O comércio intensificava-se, as rendas privadas e públicas cresciam. Jornais e revistas de São Paulo e Rio de Janeiro chegavam em poucos dias, trazendo notícias frescas.. O rádio e o telégrafo sem fio completavam o quadro.

O progresso partindo de São Paulo e Minas Gerais caminhava, então, a passos menos lentos em direção ao Oeste. Com ele veio o Grupo Escolar, instituição que já era comum em outros estados da federação.

O município de Quirinópolis, no contexto de implantação de escolas em Goiás

A partir da mudança da capital, quando os cofres do Estado começaram a sentir menos o peso das despesas com a construção de Goiânia, iniciou-se o processo de crescimento da rede escolar primária e secundária no Estado, atendendo a demanda de grupos escolares, escolas normais e ginásios em todo o Estado. Esse crescimento intensificou-se a partir de 1947, quando criou o Fundo Nacional do Ensino Primário, porque a União passou a distribuir verbas aos estados para a construção de prédios escolares, na zona urbana e rural.

No mesmo período, foi criado, também, o Fundo Nacional do Ensino Médio e, assim, passou-se a construir igualmente prédios para ginásios, colégios e escolas normais. A União, através desses Fundos, custeava a construção de prédios para as escolas e, ao Estado, cabia fazê-las funcionar, nomeando e mantendo seus professores e funcionários. Esta foi a maneira encontrada pelo governo central para obrigar os estados a aumentarem seus gastos com a instrução pública.

O primeiro Grupo Escolar a instalar-se foi, como já era esperado, o da capital, criado pela Lei 631. Não foi difícil essa instalação, pois se trata apenas de transformar em Grupo Escolar o Curso Anexo da Escola Normal, que funcionava com dois professores, um para cada sexo, no mesmo prédio do Liceu, onde funcionava também a Escola Normal em 28 de janeiro de 1919.

Após a instalação do Grupo Escolar da capital, alguns municípios passaram a pressionar o governo para que este lhe desse o mesmo benefício. Quirinópolis constrói a sua primeira escola na 'década de 30, a qual recebeu o nome de Dep. Ricardo Campos. A escola situava-se no local onde, atualmente, funciona a sede da Associação Atlética do Banco do Brasil. Era uma escola isolada do município de Rio Verde e possuía duas salas de aula. Foram seus professores: Cora Ferreira, Elza Ferreira do Carmo, Altair Geralda D'Abadia, Dilma Leão Costa, Matildes Hungria e Joel Fernandes Lima.

No ano de 1945, houve nova pulsão. Foi, então, criado e instalado o primeiro Grupo Escolar, José Feliciano Ferreira, hoje, Escola Estadual Frederico Gonzaga Jaime que fez parte de um pacote de 25 escolas criadas pela Lei 67, de 30 de julho de 1945.

Em 1961 o Prefeito João Hércules, em convênio com o Estado, construiu as escolas Olga Parreira, Lauro Jacintho, 31 de Março, atual Pedro Ludovico, primeiro ginásio de Quirinópolis.

Em 1967, devido à falta de um colégio que oferecesse o 2º Grau, o professor Gleibe José Terra de Uberaba, Minas Gerais, fundou o Colégio Cristo Rei, particular, com os cursos Técnicos de Contabilidade e Técnico de Magistério.

Secundada pelo crescimento econômico e urbanístico, Quirinópolis empreende uma nova luta pelo ensino de 2º Grau público estadual que, em 1972, tornou-se realidade com a criação do colégio Estadual Independência.

Em 1970, na administração do Prefeito Humberto Xavier, foi instalada a Delegacia Regional de Ensino de Quirinópolis (Rio Verde). A primeira delegada de ensino foi Creusa Alcântara de Souza.

Em 1988, foi fundada a Faculdade de Educação Ciências e Letras de Quirinópolis. Pela Lei nº13.456 de 16/abr/99, a nossa Faculdade passou a pertencer a Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis.

Atualmente, a cidade de Quirinópolis possui treze escolas estaduais, sete municipais e três particulares, as quais mantêm cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia

- BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1990.
- NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica**; 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- SAGIM JUNIOR, Odir & SAGIM, Mirian Botelho. **Quirinópolis Histórico**. Goiânia: O Popular, 2000.